



Diário Oficial
Municípios de Santa Catarina

Quarta-feira, 08 de outubro de 2025 às 17:27, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

Nº 7650325: TERMO DE RETIFICAÇÃO Nº 01/2025

ENTIDADE

Câmara de Vereadores de Chapecó

MUNICÍPIO

Chapecó



<https://diariomunicipal.sc.gov.br/?q=id:7650325>

CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC
<https://diariomunicipal.sc.gov.br>



Assinado Digitalmente por Consórcio de Inovação na Gestão Pública Municipal - CIGA

TERMO DE RETIFICAÇÃO Nº 01/2025

Ao Edital do Concurso Público nº 001/2025 – CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

A CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, CONSIDERANDO a necessidade de adequações no conteúdo programático do certame,

RESOLVE:

Tornar pública a **1ª Retificação** ao Edital do Concurso Público nº 001/2025, alterando as disposições indicadas, que passam a ter a seguinte redação:

1. O anexo I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS CONHECIMENTO ESPECÍFICOS NÍVEL SUPERIOR fica alterado para os cargos de Procurador Geral e Procurador Geral Adjunto:

[...]

CONHECIMENTO ESPECÍFICOS NÍVEL SUPERIOR

Procurador Municipal

DIREITO CONSTITUCIONAL: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e suas Emendas Constitucionais. Princípios Fundamentais; Direitos e Garantias Fundamentais; Organização do Estado; Organização dos Poderes; Tributação e orçamento; Ordem econômica e financeira; Ordem social. Aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais. Vigência e eficácia das normas constitucionais. Controle de constitucionalidade das leis e atos normativos: a) Sistemas difuso e concentrado. b) Ação direta de inconstitucionalidade. c) Ação declaratória de constitucionalidade e arguição de descumprimento de preceito fundamental. Princípios Fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Organização do Estado. Organização dos poderes. Defesa do Estado e instituições democráticas. Tributação e orçamento. Ordem econômica e financeira. Ordem social. Disposições constitucionais gerais e transitórias. Emendas constitucionais. Lei de Responsabilidade Fiscal. Legislação. DIREITO ADMINISTRATIVO: Administração pública. Atos administrativos. Poderes administrativos. Sindicância e processo administrativo. Bens públicos. Desapropriação. Servidores públicos. Licitação e contratos administrativos. Interpretação do Direito Administrativo. Sistemas Administrativos. Atos Administrativos e Atos da Administração. Princípios da Administração Pública. Serviços Públicos. Servidores Públicos. Improbidade Administrativa. Responsabilidade Civil da Administração. Controle da Administração. [Constituição da República Federativa do Brasil. Lei nº 9.784/1999. Lei nº 8.112/1990. Lei nº 14.133/2021. Lei nº 8.429/1992\(alterada pela Lei nº 14.230/2021\). Lei nº 4.320/1964. Lei Complementar nº 101/2000. Lei 12.527/2011.Lei 11.079/2004.](#) DIREITO TRIBUTÁRIO: Código Tributário Nacional. Normas gerais do Direito Tributário. Obrigação tributária. Crédito tributário. Lançamento fiscal. Classificação dos tributos. Tributos federais, estaduais e municipais, tributos em espécie. Sistema Tributário Municipal. [Constituição da República Federativa do Brasil. Lei nº 5.172/1966. Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990. Lei nº 170, de 20 de outubro de 1983 \(Código Tributário Municipal\).](#) DIREITO CIVIL: Código Civil ([Lei nº 10.406/2002](#)). Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro ([Decreto-Lei nº 4.657/1942, alterado pela Lei nº 12.376/2010](#)). Das pessoas naturais e jurídicas. Dos bens. Dos fatos jurídicos. Prescrição e decadência. Direito das obrigações. Da sociedade. Direito das obrigações. Contratos em geral. Contratos em espécie. Responsabilidade Civil. DIREITO PROCESSUAL CIVIL - Código de Processo Civil ([Lei nº 13.105/2015](#)). Processo de Conhecimento. Atos Processuais. Formação, Suspensão e Extinção do Processo. Processo e Procedimento. Processo nos Tribunais. Recursos. Processo de Execução. Tutelas Provisórias. Procedimentos Especiais. Ação Rescisória. Mandado de Segurança. Execução Fiscal. [Lei nº 12.016/2009. Lei nº 6.830/1980.](#) DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL: Código Penal: Dos crimes contra a Administração Pública; Crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral; Crimes praticados por particular contra a administração em geral; crimes contra a administração da justiça; crimes contra as finanças públicas. Código de Processo Penal: Princípios constitucionais e infraconstitucionais de Direito

Processual Penal; Da ação penal; Da ação civil; Da competência; Da prova. [Decreto-Lei nº 2.848/1940](#). [Decreto-Lei nº 3.689/1941](#). [Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984](#). DIREITO DO TRABALHO: Consolidação das Leis do Trabalho. Direitos Constitucionais dos trabalhadores. Normas gerais e específicas de tutela do trabalho. Contrato de trabalho. Legislação. DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO: Justiça do Trabalho. Varas do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho: jurisdição e competência. Serviços auxiliares da Justiça do Trabalho. Ministério Público do Trabalho. Processo judiciário do trabalho. Processo em Geral. Dissídios Individuais. Dissídios Coletivos. Execução. Recursos. [Decreto-Lei nº 5.452/1943](#). [Constituição da República Federativa do Brasil](#). [Lei nº 6.019/1974](#). [Lei nº 8.213/1991](#). [Lei nº 8.036/1990](#). [Lei nº 4.090/1962](#). [Lei Complementar nº 75/1993](#). DIREITO MUNICIPAL: O Município: Competência dos Municípios. Intervenção no município. Conceito de município. Controle de constitucionalidade de Lei Municipal, validade de leis municipais. Poder Legislativo Municipal: Câmara Municipal e sua composição. Eleição, posse e mandato dos Vereadores. Prerrogativas, direitos e incompatibilidades dos Vereadores. Perda do mandato. Suplentes de Vereadores e sua convocação. Organização interna da Câmara Municipal. Mesa. Comissões permanentes. Comissões temporárias de estudo e Comissão Parlamentar de Inquérito. Sessões legislativas: ordinárias e extraordinárias. Das deliberações. Atribuições da Câmara Municipal. Processo Legislativo Municipal. Lei Orgânica do Município de Chapecó. Regimento Interno da Câmara Municipal de Chapecó. [Lei Complementar 617, de 26 de março de 2018](#) – Regime disciplinar e a apuração de responsabilidades dos agentes públicos do Município de Chapecó. [Lei Complementar 130, de 05 de dezembro de 2001](#)- Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Chapecó. [Lei Complementar 499, de 18 de dezembro de 2012](#) - Quadro Geral dos Servidores do Poder Legislativo Municipal de Chapecó. Legislação. COMUNICAÇÃO OFICIAL E REDAÇÃO LEGISLATIVA: Técnicas de redação oficial e elaboração de correspondências institucionais. Redação de ofícios, memorandos, pareceres e relatórios. Normas de redação legislativa: elaboração de projetos de lei, emendas, resoluções e outros atos normativos. Governança e Compliance no Setor Público: Princípios de governança pública e compliance. Integridade, transparência e prestação de contas. Lei de Acesso à Informação. Transparência e Participação Popular: Instrumentos de participação popular no processo legislativo. Audiências públicas e consultas populares. Open data e transparência na gestão pública. Conhecimentos pertinentes à área de atuação. Relações humanas no trabalho e ética profissional no serviço público.

Procurador Municipal Adjunto

DIREITO CONSTITUCIONAL: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e suas Emendas Constitucionais. Princípios Fundamentais; Direitos e Garantias Fundamentais; Organização do Estado; Organização dos Poderes; Tributação e orçamento; Ordem econômica e financeira; Ordem social. Aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais. Vigência e eficácia das normas constitucionais. Controle de constitucionalidade das leis e atos normativos: a) Sistemas difuso e concentrado. b) Ação direta de inconstitucionalidade. c) Ação declaratória de constitucionalidade e arguição de descumprimento de preceito fundamental. Princípios Fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Organização do Estado. Organização dos poderes. Defesa do Estado e instituições democráticas. Tributação e orçamento. Ordem econômica e financeira. Ordem social. Disposições constitucionais gerais e transitórias. Emendas constitucionais. Lei de Responsabilidade Fiscal. Legislação. DIREITO ADMINISTRATIVO: Administração pública. Atos administrativos. Poderes administrativos. Sindicância e processo administrativo. Bens públicos. Desapropriação. Servidores públicos. Licitação e contratos administrativos. Interpretação do Direito Administrativo. Sistemas Administrativos. Atos Administrativos e Atos da Administração. Princípios da Administração Pública. Serviços Públicos. Servidores Públicos. Improbidade Administrativa. Responsabilidade Civil da Administração. Controle da Administração. [Constituição da República Federativa do Brasil](#). [Lei nº 9.784/1999](#). [Lei nº 8.112/1990](#). [Lei nº 14.133/2021](#). [Lei nº 8.429/1992\(alterada pela Lei nº 14.230/2021\)](#). [Lei nº 4.320/1964](#). [Lei Complementar nº 101/2000](#). [Lei 12.527/2011](#). [Lei 11.079/2004](#). DIREITO TRIBUTÁRIO: Código Tributário Nacional. Normas gerais do Direito Tributário. Obrigação tributária. Crédito tributário. Lançamento fiscal. Classificação dos tributos. Tributos federais, estaduais e municipais, tributos em espécie. Sistema Tributário Municipal. [Constituição da República Federativa do Brasil](#). [Lei nº 5.172/1966](#). [Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990](#). [Lei nº 170, de 20 de outubro de 1983 \(Código Tributário Municipal\)](#). DIREITO CIVIL: Código Civil ([Lei nº 10.406/2002](#)). Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro ([Decreto-Lei nº 4.657/1942, alterado pela Lei nº 12.376/2010](#)). Das pessoas naturais

e jurídicas. Dos bens. Dos fatos jurídicos. Prescrição e decadência. Direito das obrigações. Da sociedade. Direito das obrigações. Contratos em geral. Contratos em espécie. Responsabilidade Civil. DIREITO PROCESSUAL CIVIL - Código de Processo Civil ([Lei nº 13.105/2015](#)). Processo de Conhecimento. Atos Processuais. Formação, Suspensão e Extinção do Processo. Processo e Procedimento. Processo nos Tribunais. Recursos. Processo de Execução. Tutelas Provisórias. Procedimentos Especiais. Ação Rescisória. Mandado de Segurança. Execução Fiscal. [Lei nº 12.016/2009](#). [Lei nº 6.830/1980](#). DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL: Código Penal: Dos crimes contra a Administração Pública; Crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral; Crimes praticados por particular contra a administração em geral; crimes contra a administração da justiça; crimes contra as finanças públicas. Código de Processo Penal: Princípios constitucionais e infraconstitucionais de Direito Processual Penal; Da ação penal; Da ação civil; Da competência; Da prova. [Decreto-Lei nº 2.848/1940](#). [Decreto-Lei nº 3.689/1941](#). [Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984](#). DIREITO DO TRABALHO: Consolidação das Leis do Trabalho. Direitos Constitucionais dos trabalhadores. Normas gerais e específicas de tutela do trabalho. Contrato de trabalho. Legislação. DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO: Justiça do Trabalho. Varas do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho: jurisdição e competência. Serviços auxiliares da Justiça do Trabalho. Ministério Público do Trabalho. Processo judiciário do trabalho. Processo em Geral. Dissídios Individuais. Dissídios Coletivos. Execução. Recursos. [Decreto-Lei nº 5.452/1943](#). [Constituição da República Federativa do Brasil](#). [Lei nº 6.019/1974](#). [Lei nº 8.213/1991](#). [Lei nº 8.036/1990](#). [Lei nº 4.090/1962](#). [Lei Complementar nº 75/1993](#). DIREITO MUNICIPAL: O Município: Competência dos Municípios. Intervenção no município. Conceito de município. Controle de constitucionalidade de Lei Municipal, validade de leis municipais. Poder Legislativo Municipal: Câmara Municipal e sua composição. Eleição, posse e mandato dos Vereadores. Prerrogativas, direitos e incompatibilidades dos Vereadores. Perda do mandato. Suplentes de Vereadores e sua convocação. Organização interna da Câmara Municipal. Mesa. Comissões permanentes. Comissões temporárias de estudo e Comissão Parlamentar de Inquérito. Sessões legislativas: ordinárias e extraordinárias. Das deliberações. Atribuições da Câmara Municipal. Processo Legislativo Municipal. Lei Orgânica do Município de Chapecó. Regimento Interno da Câmara Municipal de Chapecó. [Lei Complementar 617, de 26 de março de 2018](#) – Regime disciplinar e a apuração de responsabilidades dos agentes públicos do Município de Chapecó. [Lei Complementar 130, de 05 de dezembro de 2001](#)- Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Chapecó. [Lei Complementar 499, de 18 de dezembro de 2012](#) - Quadro Geral dos Servidores do Poder Legislativo Municipal de Chapecó. Legislação. COMUNICAÇÃO OFICIAL E REDAÇÃO LEGISLATIVA: Técnicas de redação oficial e elaboração de correspondências institucionais. Redação de ofícios, memorandos, pareceres e relatórios. Normas de redação legislativa: elaboração de projetos de lei, emendas, resoluções e outros atos normativos. Governança e Compliance no Setor Público: Princípios de governança pública e compliance. Integridade, transparência e prestação de contas. Lei de Acesso à Informação. Transparência e Participação Popular: Instrumentos de participação popular no processo legislativo. Audiências públicas e consultas populares. Open data e transparência na gestão pública. Conhecimentos pertinentes à área de atuação. Relações humanas no trabalho e ética profissional no serviço público.

Permanecem inalteradas todas as demais disposições do Edital do Concurso Público nº 001/2025 que não foram expressamente modificadas por este Termo de Retificação, mantendo-se integralmente válidas.

Chapecó - SC, 08 de outubro de 2025.

CLAIMAR
CESAR DE
CONTO:79934
420953

Assinado de forma
digital por CLAIMAR
CESAR DE
CONTO:79934420953
Dados: 2025.10.08
16:38:59 -03'00'

CLAIMAR CESAR DE CONTO

Presidente - Câmara Municipal de Chapecó